

As NTIC, o Ciberespaço e a “Imagem do Poder” - Uma análise *ostrogorskiana* da Política Global contemporânea

The NICT, the Cyberspace and the “Image of the Power” – an *ostrogorkian* analysis of the Contemporary Global Politics

Sandra Maria Rodrigues Balão¹

1. Introdução

Poder, Informação, Segurança, Democracia e Desenvolvimento apresentam-se, no século XXI, como problemas de renovada e maximizada relevância. Não podemos afirmar que as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, doravante designadas pelo acrónimo NTIC, são um factor e ou um instrumento “novo” em si mesmo – uma vez que a sua relevância parece ter sido assumida nos anos '80 do século XX quando, associado ao seu *boom*, surge o projecto de criação, sob iniciativa da UNESCO (organização cultural da Organização das Nações Unidas [ONU]), de criação de uma Nova Ordem Mundial da Informação (NOMIC). Mas parece ser aceite como inquestionável que, no momento presente, a extensão da sua utilização, aplicação e potencial fazem parte de uma realidade que resulta da respectiva inclusão, efectiva, em fórmulas de complexidade e alcance que são significativamente distintas do simples uso técnico-funcional que, na génese, lhes foram “atribuídas”. Basta pensar na sua aplicação não apenas em presença do actor Estado mas, também e não menos importante, ao nível do actor indivíduo...Hoje, os

¹ Professora Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. Doutorado e Pós-doutorado em Ciências Sociais. E-mail: smbalao@netcabo.pt

briquedos das “nossas” crianças são tecnológicos, e a acção tem lugar no mundo virtual que, progressivamente, substitui o real. Os companheiros de brincadeiras são cada vez menos de “carne e osso”, sendo substituídos por heróis que foram transportados das revistas de banda desenhada e outras histórias de ficção para o ciberespaço...

Por outro lado, no mundo real, no âmbito do “jogo” da política global contemporânea, daquela que tem lugar no momento presente, e em que são os Estados *a solo* ou em organizações mais complexas resultantes da agregação de vários Estados individualmente considerados que assumem o protagonismo da acção, é assumido - pela opinião pública em geral e também pelos mais conceituados autores e teorizadores de reconhecido mérito internacional - que o colapso das Torres do World Trade Center em Nova Iorque deram “o mote” para uma Nova Ordem Global Contemporânea, assente na informação como instrumento e sinónimo de garantia da segurança, sobretudo colectiva (na linha de Rawls e de Castells). Por isso, e neste contexto, é o mesmo actor Estado que surge - reforça-se, a título individual ou agregado (integrado, como parte de uma organização maior e mais complexa) -, formalmente, como um dos actores mais interessados na criação de um *statu quo* em que as NTIC sejam *formatadas* para servir o “interesse nacional” (Kuehl, 2009). Aliás, essas mesmas NTIC deverão ser, elas próprias, parte integrante de uma estratégia de defesa, salvaguarda e prossecução do interesse nacional, numa sociedade constituída por múltiplas comunidades (quer à escala local, nacional, multinacional ou global) que se querem *de conhecimento*.

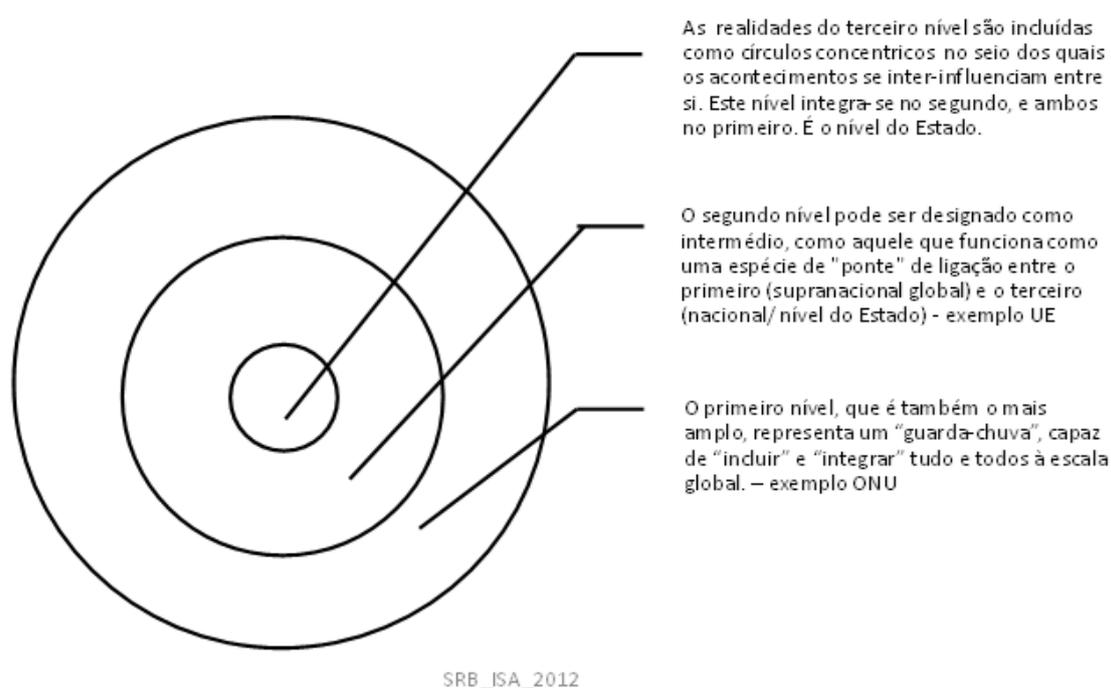
Na realidade, os factos apontam no sentido de que os Direitos, Liberdades e Garantias individuais considerados, no *Primeiro Mundo*, pelo menos, como intocáveis até aos acontecimentos de Setembro de 2001 nos Estados Unidos da América (EUA), foram relegados para um plano secundário em benefício do critério “colectivo”, grupal, organicista. Este último ressurgiu, por sua vez, como o mais relevante e justificativo do pensamento mas, sobretudo, da acção. Sistemas de vigilância, instrumentos biométricos de controlo individual, controlo das comunicações no ciberespaço ou nas redes de telecomunicações são, apenas, alguns dos (novos) meios de controlo social que partem do nível *micro/nano*, da

limitação do indivíduo para, a partir dele e atravessando os sucessivos níveis de estratificação social a que correspondem graus de crescente complexificação organizacional e funcional da sociedade internacional entendida em termos *macro/hiper*, assumir a *pole position* na condução da política à escala global. No entanto, e torna-se determinante salientar, todo este *cenário* tem que ser equacionado e considerado numa perspectiva multinível ou multi-escala e, também, multidimensão – na medida em que não é possível compreender hoje a sociedade internacional sem que esta esteja devidamente enquadrada no âmbito do movimento de globalização e, em consequência, da omnipresente estratificação político-económica em que a balança de poderes à escala global organiza, hierarquiza e “distribui” o *jogo* (considerando simultaneamente os vários *níveis* em que a acção tem lugar, e que poderão ser equacionados, por exemplo, num exercício classificativo que passaria por: micro/nano (indivíduo), mini (localidade), mezzo (região), macro (Estado), ultra (supranacional² regional), hiper (supranacional global). Note-se, no entanto, que esta “classificação” é meramente ilustrativa e instrumental, e que é susceptível de ser, por sua vez, ajustada à análise que, em cada momento, o investigador tiver “em mãos”. Esta reflexão em termos de círculos sucessivos, concêntricos, de actores e de relações é muito útil na medida em que facilita a percepção e compreensão da sua complexidade bem como das suas (inter)dependências (como argumentam Mosca e Hoogvelt, por exemplo).

² O conceito *supranacional* é por nós equacionado e utilizado como sinónimo não do método de decisão usualmente considerado em oposição ao intergovernamental no contexto da Teoria das Relações Internacionais mas querendo significar, simplesmente, “acima do Estado” – um actor ao qual o Estado está, em alguma medida, submetido e ou do qual é (ainda que com conhecimento e ou consentimento), directa ou indirectamente, dependente. A opção pelo recurso a esta expressão deve-se ao facto de considerarmos pertinente identificar uma realidade que resulta da verificação de inúmeros constrangimentos acima/para além/que ultrapassam as fronteiras de cada Estado e que têm a capacidade de influenciar e limitar aqueles factores, elementos, que seriam naturalmente considerados/identificados como integrantes e caracterizadores da “vontade” e do “interesse” do Estado nacional (sinónimo de unidade territorial única/individual). Consideramos aqui que, pelo menos em termos formais, esta realidade tende a afirmar-se devido à existência de inúmeros e muito diferentes actores cuja acção se verifica ter lugar em diversos níveis da balança de poderes global. O detalhe relevante desta equação consiste no facto de que alguns destes actores possuem a capacidade de influenciar a vontade e, conseqüentemente, as acções de outros – determinando, deste modo, o processo de *decision making* mas, e sobretudo, o de *decision-taking*.

Assim, em face desta equação multinível, não será, por isso, por mero acaso que fenómenos de alcance internacional/global como o *wikileaks* ou o *caso Snowden* assumem a relevância e mediatização que lhes são amplamente concedidas.

Figura 1. Modelo de Análise Multinível



Fonte: SRB_ISA_2012

Por outro lado, fruto de uma preocupação teórica recorrente, sobretudo durante a segunda metade do século XX, o problema do Desenvolvimento assola já não apenas as periferias do mundo, mas também o seu centro. Novos critérios e unidades de medida foram definidos como prioritários pelas organizações internacionais, de que a Organização das Nações Unidas (ONU) com os *Objectivos do Milénio* (United Nations Millenium Declaration, 2000) continua a ser o *guarda-chuva* de referência – apesar da assumida necessidade de reforma resultante do movimento de globalização que afecta todo o mundo, sem excepção (Balão, 2008). De facto, os vários níveis de desenvolvimento coexistem hoje no seio das principais

capitais do mundo. Já não faz sentido falar nos termos tradicionais segundo os quais se assumia a existência de uma distância, que também era física, entre os vários “mundos”, definidos em função dos respectivos níveis de crescimento económico, de industrialização, de acesso à educação, de salubridade pública, etc. Mas, o problema mais preocupante passa pela leviandade com que se considera crescimento económico sinónimo de desenvolvimento... Tendo na sua base o conflito equidade-eficiência, como resolver um dos mais “velhos” paradoxos da economia?

No que se refere à Informação, seja qual for o tempo e o espaço, e sobretudo na sua acepção mais ampla, ela assume uma relevância que tende a ser, cada vez mais, considerada estratégica – pelo menos por parte dos Actores que dessa designação são merecedores. Um dos seus sinónimos mais reconhecidos é “conhecimento” – como já tivémos oportunidade de referir, ainda que de forma muito breve - e, em pleno momento de transformação sistémica profunda, a sua *good governance* é, de modo crescente, sinónimo de poder. Na verdade, o movimento de Globalização em que o mundo em geral está imerso - e o mundo dito rico, desenvolvido e industrializado, em particular, dele é parte integrante e nele é parte directamente interessada - tem vindo a condicionar de forma gradativa a qualificação e consequente classificação das sociedades, recorrendo de forma sintomática à nomenclatura “Sociedade do Conhecimento”, como corolário de um processo de transformação rumo à sua inequívoca valorização. Este facto tende a assumir particular relevância porquanto a sua existência ou “caminhada” em direcção a tal concretização têm permitido, através do Índice de Desenvolvimento Humano, por exemplo (e de entre uma significativa multiplicidade de parâmetros que são, igualmente, considerados o cálculo conducente a tal classificação), aferir a maior ou menor proximidade da *média* desejável para tal *statu quo*, o qual acaba por estar, também, correlacionado de forma positiva com o Poder.

Assim, e no que aos Estados diz respeito - quer na sua perspectiva *micro*, quer *hiperescópica* -, este poder efectivo também se mede pela capacidade de acesso, processamento e salvaguarda de informação vital. A par daquela que já constituía a vantagem tradicional da ligação, articulação e propriedade dos *media* – quer por controlo directo (como sucede via conglomerados), quer indirecto (via

publicidade) -, a existência da World Wide Web e da Internet, ao permitirem a criação de uma dimensão espaço-temporal virtual, paralela àquela em que fisicamente vivemos representa, desde logo, um potencial inédito de elevadíssimo *valor político acrescentado*. As suas oportunidades e ameaças apresentam-se, obviamente, como proporcionais.

Deste modo se justifica, a nosso ver amplamente, a necessidade do desenho e da implementação de uma Estratégia de Informação, desejavelmente Nacional, em associação com a crescente e crítica relevância que assumem os sistemas de controlo da informação no ciberespaço – única forma de poder *sobreviver* no ambiente de elevado valor competitivo em que, num contexto de acentuado aprofundamento da globalização no âmbito político, o mundo se encontra. Sobretudo porque aqui a consideramos sinónimo de Poder. Poder em termos amplos e absolutos, recorrendo ao contributo da perspectiva realista das relações internacionais para o seu enquadramento, e sistémica para a compreensão do seu alcance e magnitude, assim como multidimensão e multi-escala do seu *modus operandi*.

De facto, a supranacionalidade, quer de âmbito regional, quer global, é hoje uma realidade incontestada e incontestável. A participação das unidades territoriais de nível estatal em outras de nível regional e global mais alargado é inevitável. E tal verifica-se no domínio dos factores estruturais de Poder: do território físico ao mar, do espaço aéreo “nacional” ao sideral (incluindo as dualidades multinível que a ele estão associadas – *inferior* e *superior* –, ou as qualificações *extraordinárias* que lhe são atribuídas, como é o caso, no âmbito da União Europeia, do *Céu Único Europeu*) ou ao ciberespacial. Não estar é sinónimo de não existir no contexto da política internacional. Mas, “estar” é, simultaneamente, também e cada vez mais, sinónimo de depender... de modo crescente, de um sistema formado por subsistemas de redes complexas, constituídas por actores que, em muitos casos de forma simultânea, possuem capacidade de produção, acesso, manipulação, armazenagem, difusão e projecção de informação. Por outro lado, e não raras vezes, estas redes já de si complexas estão, por sua vez, organizadas em constelações sucessivamente complexificadas, dificultando a identificação da origem e o subsequente controlo de todo o processo,

sobretudo no domínio do ciberespaço – a mais *nóvel* fronteira em fase (ainda) de descoberta e exploração, bem como de investimento e capitalização. De oportunidade pelo potencial que, em si mesma, encerra. Mas, também, de ameaça.

Assim, procurar-se-á ter presente e aplicar à perspectiva de análise que se desenvolve em relação à informação – consultada, emitida, difundida -, o princípio dicotômico do *panopticon*, retomando a *velha* mas sempre actual problemática do *visível* e do *invisível* e as suas repercussões para a Democracia (Balão, 2006). Por isso, e porque a política se traduz (cada vez mais) na luta pelo poder (à escala global), os sistemas de controlo da informação assumem uma relevância que tende a ser cada vez mais crítica (Martins *et al*, 2004), sobretudo no ciberespaço (Balão, 2006; 2011; 2014). Neste contexto, o artigo procura explorar a articulação da existência e do papel das NTIC com a criação, gestão e projecção de uma *imagem* do Poder, à luz dos conceitos, princípios e metodologia de análise propostos por Moisei Yakovlevich Ostrogorski (Ostrogorski, 1902, 1970) e aplicados à realidade sócio-política contemporânea.

A metodologia é de natureza qualitativa, de base documental. A perspectiva de análise é marcadamente realista, multi e interdisciplinar, bem como multinível e empírica.

2. A importância das NTIC. Ameaças e Oportunidades na Era do Ciberespaço

Século XXI. O colapso das Torres do *World Trade Center* em Nova Iorque “dão o mote”. A par e passo, as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) tornam-se, elas próprias, responsáveis pela criação desta “Nova Ordem” no seio da qual a Informação assume uma preponderância fundamental. Quanto ao conceito de Ciberespaço, equacionamo-lo como «*the notional environment in which electronic communication occurs*» ou, mais genericamente, como «*virtual reality*» (Kuehl, 2009:5; Pearsall e Trimble, 1996). Um ambiente no qual um *mundo paralelo* se constrói, no fundo.

Deste modo, o *espaço acessível ao homem* sofreu uma profunda alteração com o aparecimento deste *mundo virtual* onde se repetem os problemas que assolam o *mundo real*.

Assim, e neste sentido, parece-nos indiscutível que a crescente disponibilidade de informação que tem vindo a ser possibilitada pelos sistemas de informação globais, onde a *internet* se inclui, afecta quer a *governança* quer o processo político. Mais: a primeira condiciona a criação, disponibilidade, disseminação e utilização da matéria-prima/recurso “informação” nos sistemas de informação global condicionando, pelo menos potencialmente, quer o processo de formação, quer de tomada de decisão – o que, no mínimo, condiciona igualmente o funcionamento do Sistema e a existência dos Regimes Políticos.

Por isso, apesar de nesta *Era da Informação* o conceito ser amplamente utilizado e das disparidades que se verificam no acesso à mesma serem amplamente lamentadas, não se pode afirmar que exista uma definição consensual do termo. Por isso, no contexto em que nos situamos, consideraremos que “Comunicar” é transmitir uma mensagem – que pode incluir factos, conceitos ou instruções que se apresentem de modo adequado à interpretação ou processamento quer humanos, quer automáticos (máquinas) – através de uma linguagem, verbal ou não verbal. Realidade bem diferente é “Informar”. Neste caso, o objectivo consiste em tornar clara a mensagem através do seu conteúdo transmitido ao(s) receptor(es). É educar, é esclarecer (Ostrogorski, 1902, 1970; Balão, 2001). É relatar os factos, tal qual eles se apresentam na realidade em que tiveram lugar e complementar tal missão com a interpretação o mais objectiva, apurada e fidedigna que for humanamente possível, através de um processo de compreensão-explicação e de explicação-compreensão, como nos recomendaria Max Weber (Moreira, 1989; Lara, 2013). Em suma: é assegurar aos factos e às conjugações que entre si são passíveis de se estabelecer num determinado tempo/lugar, um significado parametrizado por meio de convenções cuja aplicação relativamente àqueles se encontra definida.

Mas, se em teoria, a opção pela informação não oferece dúvidas, na realidade a preferência parece orientar-se para a desinformação. E ela contradiz, em tudo, os objectivos da primeira. É, na verdade, a sua antítese. Se a informação

busca esclarecer o receptor da mensagem e clarificar o conteúdo daquela, tornando-o compreensível; a desinformação busca confrontar o receptor com uma realidade difusa, confusa, pelo que, nesse sentido, pode ser um coadjuvante de grande utilidade a uma política de propaganda (Balão, 2001; Ostrogorski, 1970; Mattelart, 1994). E os factos apontam, claramente, para a inexistência de uma qualidade absoluta da informação, bem como para uma hierarquização que dela se faz e de que se encontra reflexo em muitos sistemas legais.

Por isso, também, há informação que não apenas é veiculada e disponibilizada para ser acessível ao *grande público*, como *deve ser e tem que o ser*; amplamente (Giddens, 2008). No sentido oposto, encontramos a informação *selectiva*, restrita e muitas vezes tornada *confidencial*. Aquela que *não pode ser* veiculada, e que deve ser omitida a todo o custo. Aliás, o papel dos editores passa, em larga medida, por este exercício de selecção que, em muitos casos, acaba por obedecer a critérios que estão muito para além daquilo que, quer formal, quer materialmente, poderia ser considerado como desejável.

Aparentemente, no entanto, o aparecimento da *World Wide Web* – que constitui um sistema de comunicação que se apresenta sob a forma de um modelo generalizado de “todos para todos” – parece ter constituído (e ser capaz de continuar a constituir), pelo menos em termos formais, um instrumento capaz de fomentar e facilitar o acesso à informação por parte das populações em geral, de oferecer um leque diversificado de opções informacionais significativamente mais amplo e que, pelo menos teoricamente, será passível de proporcionar alternativas para uma maior escolha e selecção da informação disponível e disponibilizada. Nesse sentido, também a participação da sociedade civil tende a ser vista como passível de uma maior dinamização suscitada pela existência de grupos de discussão, salas de *chat*, diversos *fora* de opinião, blogues, entre outros. O princípio parece ser o de que *todos comunicam com todos*. Ou, pelo menos, podem fazê-lo.

Por isso, o interesse dos Estados, bem como de outros actores da cena política global tende a orientar-se, cada vez mais, para o ciberespaço. É nele que as atenções se centram, uma vez que, de modo crescente, as sociedades tendem a depender cada vez mais da tecnologia. Além disso, o manancial de informação que a ele surge associado e as condições em que tal se verifica justifica que aquele se

apresente como um campo de acção no seio do qual o espaço e o tempo se apresentam como coordenadas de importância vital e em articulação com as quais a extensão e profundidade da informação disponível constituem elementos passíveis de assegurar e projectar o Interesse Nacional e o Poder do Estado, respectivamente.

Numa conjuntura em que a *sociedade de sucesso* se apresenta sob a designação de *sociedade do conhecimento* e em que, em consequência, a gestão desse mesmo conhecimento traduzido em informação e em capital humano altamente qualificado se apresenta como elemento vital no jogo de Poder e de influência em que os diversos actores políticos participam, serão os Estados aqueles que, pelo menos potencialmente, mais interessados estarão em colher os benefícios resultantes deste *statu quo* (mas sem deixar de considerar, também, os “novos” actores da política global). Por isso, se tem assistido à progressiva orientação dos primeiros no sentido de fomentar a ligação das Empresas/Organizações à Universidade; e desta à comunidade, com iniciativas que envolvem a prestação de serviços diversos: ou aos órgãos de poder, por exemplo, através da criação de grupos de trabalho/comissões de carácter temporário (na linha de argumentação apresentada por Moisei Ostrogorski nos finais do século XIX) (Ostrogorski, 1902, 1970; Balão, 2001), de equipas de investigação (*Think Tanks*), bem como de parcerias público-privadas (Balão, 2008, 2011).

Tendo em conta a multiplicidade de actores em interacção e as múltiplas dependências informacionais em presença, bem como inúmeras preocupações que envolvem o Estado, o recurso ao ciberespaço como plataforma de convergência informacional e comunicacional parece tender, de modo crescente, a merecer a preferência, muito embora haja que considerar a existência de perigos reais e potenciais para os quais as respostas tardam em aparecer e são, na sua maioria, pouco eficientes e eficazes.

3. Ciberespaço, Globalização, Desinformação e Segredo de Estado

A globalização do Ciberespaço pode facilmente conduzir os menos atentos à ilusão de que o facto de haver cada vez mais pessoas a ter acesso a este *novo mundo* é sinónimo de transparência e de livre acesso à informação disponível à escala global. É certo que, do ponto de vista teórico, assente num discurso institucional, assim é. Mas, a realidade é significativamente diferente. Tal como no *velho mundo* em que fisicamente vivemos.

Na linha de argumentação do Professor Adriano Moreira, não podemos deixar de recordar que quando equacionamos questões relacionadas com o Poder, temos que ter presentes as suas características, por excelência: o silêncio, a imagem e a falta de autenticidade (Moreira,1989). Por isso, a teoria e a prática do Poder, a ele associadas, no que se refere à sua conquista, exercício e manutenção são, verdadeiramente, distintas. O ciberespaço, em nosso entender, deixa em aberto a possibilidade de hiperbolização dessas características e dos seus efeitos – basta termos presentes algumas experiências de criação de mundos paralelos na dimensão ciberespacial e dos vários pressupostos a elas associados que, por exemplo e considerando o seu “lado” positivo, permitem ao Homem à concretização da possibilidade de dar “asas à sua imaginação” mas, e considerando a sua face mais “obscura”, também são susceptíveis de conduzir à sua crescente dependência de um “mundo que não existe”, que faz parte da ficção e que não passa, pelo menos por enquanto, de uma experiência fictícia que simula situações e “cenários” múltiplos que correspondem a imagens “holográficas”, transmitidas para um ecrã e disseminadas através de máquinas dotadas de um sistema de hardware de grande capacidade e ao qual é associado software de última geração, de grande sofisticação. Os cabos de fibra óptica completam a complexa equação e disseminam as “construções” cibernéticas à escala global (leia-se, a todo o mundo tecnologicamente desenvolvido, interligado e informacionalmente interdependente). Nesta última perspectiva, a valência em análise será, à partida, considerada como nefasta, pelo menos em termos potenciais, quando se equaciona a condução progressiva do Homem à alienação, dando razão a algumas das “visões”

psico-sociológicas mais pessimistas da teoria política (Le Bon, 1947; Durkheim, 1956; Brzezinski, 1995; Martin *et al*, 2000).

Enquadrando-nos na linha de análise realista que temos vindo a seguir, consideramos que, se ao longo dos séculos o uso do segredo foi considerado essencial para a arte de governar (Bessa, 1996) no *mundo real*, há que equacionar essa mesma realidade no âmbito do *mundo virtual*. Até porque o segredo está no núcleo mais interno do poder e por isso, aquele que governa sabe qual o caminho a percorrer para alcançar cada objectivo que define, assim como qual ou quais dos seus colaboradores comprometer na utilização dos meios para alcançar os fins que se propõe. Deste modo, considera-se fundamental que aquele que detém o máximo poder conheça as intenções dos outros, mas não permita que as suas sejam conhecidas (Bobbio, 1997).

Nesta mesma linha, e como o poder na sua forma mais autêntica sempre foi concebido à imagem e semelhança do poder de Deus, que é onipotente exactamente porque é, simultaneamente, o omnividente invisível, somos imediatamente transportados nas nossas mentes para aquilo que Jeremy Bentham (1791) designou *panopticon* e que Foucault definiu como uma máquina para dissociar o par “ver – ser visto”, afirmando: «No anel periférico somos totalmente vistos, sem jamais ver; na torre central, vemos tudo, sem jamais sermos vistos» (1975, p.5; 2004, p.87). Este modelo que Bentham imaginou para as prisões pode — devido à crescente capacidade de “ver” os comportamentos dos cidadãos, através da informação obtida a partir de centros muito mais aperfeiçoados, eficazes e abrangentes — aplicar-se hoje às nossas sociedades, à medida que se torna cada vez mais actual.

Por outro lado, também não podemos esquecer que o poder soberano pode considerar-se nas suas duas faces tradicionais: a interna e a externa. Deste modo, a principal razão para o segredo prender-se-á no caso da segunda, com a necessidade de impedir que os inimigos tomem conhecimento antecipado dos passos a dar, de modo a garantir a eficácia dos mesmos, aproveitando o efeito-surpresa. No caso da primeira, é importante transmitir aos cidadãos, eleitores, que o Estado prossegue os seus interesses particulares, por se considerar que o povo não tem capacidade para entender qual é o interesse colectivo, e

consequentemente, para ver as razões do Estado: a “razão de Estado” (Pinto, 2004). Além disso, podemos apontar ainda um terceiro argumento: o de que apenas o poder secreto consegue vencer o poder secreto dos outros, a conspiração, o *complot*.

Porém, quando “a caça às bruxas” surge no seio de uma sociedade democrática considera-se, então, que a liberdade está em perigo, e a democracia corre o risco de se transformar no seu contrário. Daí que, para que não se comprometa o poder secreto, pode recorrer-se a duas técnicas que são comuns quer ao poder dominante, quer à acção do contra poder: subtrair-se à vista do público no momento em que se tomam as deliberações de interesse “dito” daquele, da *respublica*; e vestir a máscara quando se é obrigado a apresentar em público. No sentido real, vestir a máscara transforma o agente num actor, a cena política num palco, a acção política numa encenação. Por isso, na realidade, a ideia da política como espectáculo nada tem de novo (Debord, 2004; Lasswell, 2004).

Torna-se, no entanto, importante não perder de vista a ideia de que, em termos de democracia, todas as ideias que herdámos do século XVIII se baseiam na noção de uma autoridade visível (Sennett, 1980), pelo que sessões secretas, acordos e debates de natureza idêntica à daquelas podem ser muito importantes e significativos, mas nunca poderão ser considerados como possuindo um carácter representativo. Até porque, se está em jogo o Bem Comum, que interessa a todos, então, em teoria, aquele que manda *deve* agir com a discricção necessária em cada situação, mas não deverá guardar para si as suas intenções. São o povo e os seus interesses que estão em causa.

Assim, parece-nos claro que a opção pela *desinformação* está longe de ser um fenómeno novo. Antes pelo contrário (Ostrogorski, 1902, 1970; Balão, 2001; 2006; 2011). Em muitos casos, ela será uma opção do próprio Estado que, como em relação a inúmeras outras iniciativas, sobretudo nos países ditos de “primeiro nível”, está nos bastidores da criação e implantação dos diversos sistemas de difusão e controlo da informação (Giddens, 1998; Castells, 2006). Tal como sucede no mundo dos *media*, assiste-se no âmbito da actuação do Estado a, pelo menos, uma *cartelização* da informação na medida em que ela representa o elemento qualitativamente diferenciador na balança de poder mundial. Assim, quem está na

vanguarda do desenvolvimento tecnológico ocupa, pelo menos em termos relativos, uma posição mais privilegiada do que aqueles que dependem da sua transferência ao abrigo de programas de cooperação ou congêneres. Porque os primeiros têm acesso a maior volume de informação divulgada e difundida mas, também, a maior facilidade na sua criação, no seu processamento, dinamização e expansão. As consequências deste *estado da arte* são óbvias: o *soft power* propagado pelo modelo anglo-saxónico, dominante, é responsável pela criação e extensão global de um ambiente informacional-cultural que se apresenta fortemente corporativo (Balão, 2008). A sustentar esta linha de análise, calcula-se que cerca de nove décimos de todos os dados existentes nas bases de dados de todo o mundo estão acessíveis ao governo norte-americano, ou a outras organizações naquele país (Giddens, 1998).

De facto, nem tudo são rosas. Mesmo no contexto daqueles que estatisticamente se apresentam como melhor posicionados na medida em que preenchem os requisitos definidos pelos meios de avaliação existentes. Porque as estatísticas valem o que valem. Dependem do método de cálculo e dos componentes considerados em cada agregado (tal como sucede com a contabilidade nacional). Quanto maior for a quantidade de informação disponível, maior é a dificuldade que se verifica no seu processamento e na sua salvaguarda. Os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 em Nova Iorque podem ser apontados como exemplo disso mesmo. Mais: quanto mais dinâmico, flexível e aberto for o canal através do qual a informação flui, maior é o risco de ameaça. É o caso do ciberespaço como atrás salientámos. E os sistemas de vigilância existentes à escala global – como o Echellon, por exemplo – demonstram-no. Muito longe das *teorias da conspiração*, a espionagem existe. É um facto. E as suas consequências reflectidas na actividade dos Estados estão longe de poderem ser menosprezadas (Cardoso, 2004). Por isso, os Estados têm criado serviços de informações e procurado desenvolver modelos organizacionais que buscam ser cada vez mais eficientes no seu *modus operandi*, de modo a garantir a maximização da sua eficácia traduzida no *modus vivendi* das sociedades que aqueles se destinam a proteger. A *intelligence* é hoje uma das áreas do conhecimento que mais atenção parece reunir numa perspectiva multi e interdisciplinar, a várias escalas e considerando diferentes tipos de actores.

4. Geoestratégia e o imperativo da Cibercultura: Ciberespaço e Nova Ordem Global

Chegados a este ponto do nosso raciocínio, há que considerar, ainda, que o facto de o sistema comunicacional ser independente dos sentidos empregues na recepção da mensagem ou do modo de representação da informação, assume grande relevância no contexto em apreço, na exacta medida em que se considera que «*ce sont les nouveaux dispositifs informationnels (mondes virtuels, information en flux) et communicationnels (communication tous-tous) qui sont le plus porteurs de mutations culturelles (...)*» (Lévy, 1998, p. 76).

O desenvolvimento do ciberespaço transporta, em si, de facto, consequências culturais importantes. É que o universo da *web* não se limita a ser, apenas, um imenso espaço territorial em expansão acelerada. Ele também oferece uma multiplicidade de perspectivas, de orientações alternativas ao “cibernauta”.

Se consideramos que a mudança das mentalidades assume um papel importante ao contribuir para criar nas pessoas a predisposição necessária para o reconhecimento da importância do ciberespaço, bem como para o recurso às NTIC – equacionando não apenas o seu *uso* tradicional enquanto meio comunicacional veículo de informação destinada, formalmente, à educação e formação política das massas (Ostrogorski, 1902, 1970) -, não podemos deixar de ter presente o facto de que as maiores percentagens de acesso ao ciberespaço bem como do recurso a estas inovações tecnológicas coincidem com os principais centros mundiais de investigação científica, da actividade económica e das transacções financeiras o que, desde logo, nos coloca perante a contingência de termos que considerar, de imediato, a existência de uma hierarquização de poderes também no controlo do ciberespaço (tal como no controlo do mundo real): estamos em presença daquilo que poderíamos designar como a *elite paralela, virtual* ou *elite ciberespacial* (Balão, 2008).

O efeito espontâneo da expansão do ciberespaço consiste, assim, em aumentar as capacidades de controlo estratégico dos centros de poder tradicionais no que se refere às pesquisas tecnológicas, económicas e humanas, cada vez mais vastas e dispersas. Mas, seja como for, a utilização sábia e maximizada do

ciberespaço não depende, indelevelmente, da existência dos equipamentos materiais. Ela exige, igualmente, uma profunda reforma das mentalidades, dos modos de organização e das vontades políticas. Sobretudo, a capacidade de pensar este factor estrutural do poder *transformado* em virtude do avanço tecnológico – quer *hard*, quer *soft* -, aliado ao tempo, que marca e possibilita a periodização das fases evolutivas da história das sociedades humanas, permite uma projecção da imagem do Poder (de quem governa, de quem manda) que é quase ilimitada. Em potência. E é indissociável da definição de uma Estratégia com vista à concretização pretendida, e sem a qual *tudo e qualquer coisa serve*.

O *e-government*, podendo encontrar tradução na redução da burocratização organizacional, através da optimização dos recursos disponíveis em tempo real e da implementação de novas práticas democráticas pode representar, em si mesmo, a possibilidade de constituir caminhos potencialmente capazes de conduzir as sociedades a um melhor equilíbrio entre os objectivos teleológicos do Estado (Bem-Estar e Segurança) e o *TGV* da tecnologia – ou o *Concorde*, entretanto desactivado –, representado pelo ciberespaço, ao mesmo tempo que a imagem do Estado que é projectada para *consumo público* pode ser aquela que for definida como estrategicamente desejável. Assim sendo, a assumpção de uma geoestratégia do ciberespaço constitui um factor crítico de sucesso dos Estados (Balão, 2008, 2010, 2011, 2012, 2014).

Quer no contexto nacional, regional (multinacional) ou internacional (transnacional), a *boa governação* do ciberespaço dependerá, sempre, das relações de cooperação que, efectivamente, se conseguirem estabelecer entre os vários actores responsáveis, sobretudo, pela alimentação e manutenção do sistema. Assim, se os quadros legais reguladores da actividade neste domínio são importantes, há que ter presente o facto de que de pouco ou nada servirão se não se verificar a existência de vontade política efectiva no sentido da preservação daquele (Balão, 2014). Essa questão parece colocar-se, nomeadamente, face ao bio-terrorismo (destaque-se neste contexto, a relevância da *nanotecnologia*) (Balão, 2008, 2011) mas, mais recentemente, perante o ciber-terrorismo, que tende a ser apresentado como a principal ameaça em relação à qual há que assegurar capacidade efectiva de defesa pró-activa (preventiva) e reactiva

(defensiva). Neste sentido, e porque o *ciberterrorista*, ao contrário do *hacker* (que se rege pelo desafio científico, como impulso determinante para a sua acção) tem na génese da sua actuação motivações de natureza política que o levarão a provocar danos significativos nos alvos a atingir - modernamente designados “colaterais” -, a cooperação entre Estados nos vários domínios da vida em sociedade assume uma relevância acrescida. Além disso, em sociedades que dependem do sistema informático e digital para que todos os sistemas de suporte de vida cumpram as suas funções vitais na prossecução e satisfação das necessidades colectivas - o sistema de abastecimento de água potável, o sistema de abastecimento de electricidade, o funcionamento dos instrumentos de apoio médico nos hospitais, os sistemas de ar condicionado, os sistemas de navegação aérea, marítima, ferroviária, de armamento,... - torna-se relativamente simples ao *ciberterrorista* levar a cabo a sua acção com um elevado grau de eficácia associado a um baixo risco e ou custo. E este é um problema que pode relacionar-se intimamente com o problema do desenvolvimento e, em muitos casos, dos *excluídos*.

Deste modo, desenvolvimento, informação, segurança e imagem do Poder surgem intimamente interligadas. Os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 asseguraram um novo “ambiente” sistémico no qual a importância da projecção da imagem do Poder adquiriu um novo “fôlego”. Por seu lado, o desenvolvimento está, hoje, identificado como um dos componentes a ter em conta logo nos primeiros patamares da *pirâmide de Maslow*. Dele depende a sobrevivência das populações porque a ele surge associada a ideia de estabilidade, e dela depende a eficiência associada à existência de actividade económica. Esta, por sua vez, está cada vez mais dependente da informação que, ao ser adquirida e devidamente utilizada contribui para a segurança, individual e colectiva. Como corolário desta simbiose percebida e cada vez mais evidente, temos o exemplo das *agências de rating* que já provaram ser capazes de fazer cair governos (Grécia, Itália, etc - num passado bastante recente na Europa, no âmbito da crise das finanças públicas, decorrentes da crise financeira internacional tornada *visível* a partir de 2008). No ciberespaço, o processo tende a apresentar-se de modo muito similar: desenvolvimento é sinónimo de acesso a sistemas sucessivamente mais

competitivos e sofisticados que permitem criar, armazenar, proteger e difundir volumes crescentes de informação. A *business intelligence* em articulação com o *e-business*, o *e-government* e o *e-learning* justificam amplamente a aposta numa geoestratégia do ciberespaço como base de sustentação primária de uma Estratégia da Informação Nacional (www.pcm.gov.pt/)³ que, no caso português, surge agora *acoplada* à Estratégia Europeia de Cibersegurança (Balão, 2010, 2012, 2014).

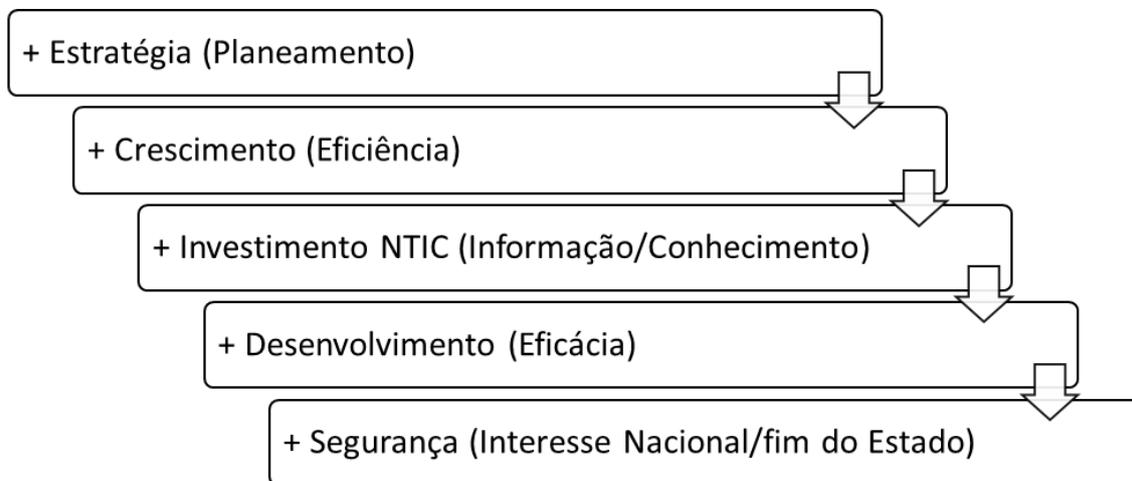
Assim, a geoestratégia do ciberespaço tem que ser considerada como um contribuinte líquido dos interesses geopolíticos dos Estados nesta área. Numa conjuntura dominada pelas múltiplas dinâmicas resultantes do movimento de globalização, a hierarquização de poderes à escala global obedece à lógica da supremacia dos modelos dominantes sobre os dominados, dos produtores sobre os consumidores, dos exportadores sobre os importadores.

Os países mais desenvolvidos são, assim, aqueles que *marcam o ritmo*, determinam conteúdos informativos e garantem/salvaguardam ou não a segurança como valor.

Neste sentido, poderíamos propor a seguinte esquematização para ilustrar o funcionamento do processo:

³ A este propósito faz sentido ter presente o facto de que Portugal, por exemplo, foi durante algum tempo, um dos países que maior importância pareceu atribuir – ou pelo menos reconhecer – a este instrumento, tendo em conta a elevada aposta que parecia fazer nos meios afectos ao *e-government* e à *e-comunicação*.

Figura 2. Processo de Interdependência Estratégica



Fonte: Balão, 2014 a.

5. Geoestratégia do Ciberespaço e Interesse Nacional: a projecção da Imagem do Poder

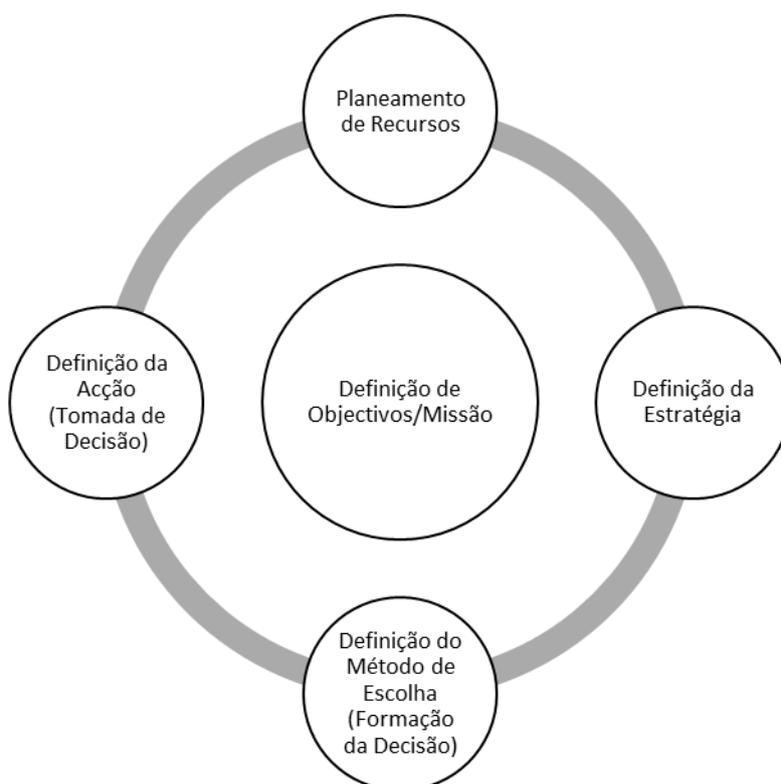
Chegados a este ponto, não podemos deixar de salientar o facto de que hoje podemos e ouvimos falar publicamente de “Interesse Nacional” sem o receio que, durante cerca de três decénios – no caso de Portugal -, teimava em persistir por se considerar que, quem nele falava punha em causa a Democracia e a Liberdade. Como se, num Estado que se afirma democrático Liberdade e Interesse Nacional fossem dissociáveis...

No contexto em que temos vindo a desenvolver algumas reflexões, não podemos deixar de salientar a importância de que se reveste não esquecer os factos. Muito embora, em muitos casos, a prática aponte ou tenha apontado no sentido da sua “orquestração”, “manipulação”, “viciação” – muitas vezes contra si mesma... Pôr em prática esta estratégia em relação ao nosso próprio país (qualquer que seja) não serve o Interesse Nacional, mas o de outros – individuais e ou colectivos. O que significa que o acesso ao *spoils system* e o poder de decisão relativamente à sua *distribuição* pertencerá, como no passado, a outros (Ostrogorski, 1902, 1910; Balão, 2001; 2008; 2011).

Mas, também não podemos culpar apenas terceiros por aquilo que “dentro de portas” não se assegura, quer no plano interno, quer externo. Na verdade, tendem a subsistir à escala nacional males que são crónicos. Mas, tal não significa que esses mesmos problemas não sejam verificáveis, também, à medida que se avança na escala de análise, para os níveis supranacional regional e supranacional global.

O esquema que apresentamos na figura 1 constitui uma proposta para a sua análise.

Figura 3. Diagnóstico de Necessidades/Interesses



Fonte: Balão, 2008

Assim, e no que se refere ao ciberespaço, é importante ter a noção de que ele depende de um *agenda-setting* definido, no caso da União Europeia, pela sua agência especializada: a *European Network and Information Security Agency* (ENISA). Assim, as prioridades têm evoluído de um critério de *Information Sharing is Protecting* (ENISA, 2005), para *Creating the Platform for a European Union*

Culture of Network and Information Security (ENISA, 2006), passando pela *Guiding Europe Towards an Enhanced Level of Network and Information Security* (ENISA, 2007), passando pelas *Build Synergies-Achieve Impact* (ENISA, 2008; 2008a; 2008b; 2008c, 2010). Ao chegarmos ao momento presente, passámos por vários outros documentos: em 2011 (ENISA, 2011) encontramos o “Securing Europe’s Information Society, Work Programme”; em 2012 (ENISA, 2012) o documento intitulado “Improving Information Security Through Collaboration, Work Programme”, onde fica claríssima a preocupação e aposta na Segurança da Informação. Em 2013, a preocupação centra-se na segurança das infra-estruturas críticas e na cooperação no combate a ciber-ameaças (ENISA, 2013). Por sua vez, a Comissão Europeia publicou o documento intitulado “*EU Cybersecurity Plan to Protect Open Internet and Online Freedom and Opportunity*” e a “Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council concerning measures to ensure a high common level of network and information security across the Union”. Neste ano de 2014, a atenção da ENISA está voltada para a identificação de riscos, ameaças e desafios em desenvolvimento, bem como para fomento e apoio de iniciativas nos domínios da educação, investigação e harmonização. Destacam-se ainda, o apoio a iniciativas tendo em vista o reforço de capacidades públicas, privadas e de capacidade de resposta dos cidadãos. Finalmente, uma palavra para a importância do reforço da cooperação a vários níveis, salientando-se a implementação da legislação comunitária (harmonização) e a cooperação entre os serviços de informações de cada um dos Estados-Membros (EMs).

Deste modo, este *agenda-setting* condiciona a estratégia de cada um dos EMs, e o grau de profundidade com que tal situação se verifica tem vindo a apresentar-se como directamente proporcional ao passar dos anos. De facto, quando comparamos os documentos estratégicos da ENISA desde 2005 e estabelecemos uma análise paralela com as opções estratégicas dos EMs nestas matérias, não é surpreendente que se verifique a existência de uma correlação directa entre as duas realidades.

Assim, neste momento, a grande preocupação passa pela transposição da legislação europeia em matéria de cibersegurança e ciberestratégia para o

ordenamento jurídico de cada um dos EMs e, deste modo, também será assegurado o cumprimento do objectivo de harmonização.

Cumprido este desiderato, será expectável que a imagem projectada pelo Poder (nas várias escalas) seja sinónimo de preocupação com a segurança e bem-estar colectivo, com a credibilidade (de quem promete e cumpre), e com a garantia de vanguarda no desenho de estratégias de prevenção e meios de combate a uma eventual ameaça.

6. Conclusões

1. As questões do Desenvolvimento, da Informação, da Imagem do Poder e da Segurança, não sendo novas surgem, hoje, no cerne do discurso político difundido à escala global pela Sociedade Internacional em geral e pela Sociedade Política Internacional em particular.

2. O problema do Desenvolvimento deixou de estar confinado aos *Terceiro e Segundo Mundos* para passar a fazer parte da categoria dos problemas globais, e por isso, comuns a todos os membros da Sociedade Internacional – leia-se: dos países membros da ONU. Veja-se a definição dos *Objectivos do Milénio* e a sua actual revisão em função da crise alimentar global. Além disso, o *proletariado externo* identificado por Arnold Toynbee assume hoje um papel determinante na vida das sociedades afluentes. A pressão por ele exercida é óbvia, quer dentro quer fora das fronteiras dos Estados, físicas e cibernéticas.

3. Informação é, cada vez mais, sinónimo de conhecimento. Por isso, da aplicação das regras da *boa governação* aos investimentos e cooperação neste domínio depende, cada vez mais, o sucesso na promoção e salvaguarda do Interesse Nacional.

4. Ao depender de um *agenda-setting* definido, no caso da União Europeia, pela sua agência especializada: a *European Network and Information Security Agency* (ENISA), o ciberespaço é hoje, simultaneamente, um factor de poder e um instrumento de grande valia e potencial para qualquer actor. O seu controlo - da informação e das redes que no seu seio operam - é hoje uma das principais

preocupações à escala mundial, de actores de vários *níveis* e de natureza diversa, por razões que são, também elas, múltiplas e não necessariamente coincidentes.

5. A aposta está, à escala europeia, claramente orientada para a criação de um *Espaço Informacional Único Europeu* em relação ao qual as questões da segurança, individual e colectiva assumem uma preocupação central: «*Network and information security is a challenge for everybody: Public administrations need to make informed policy decisions and to address the security of their own systems, not just to protect public sector information, but also to serve as an example of best practice for other players. Enterprises increasingly see NIS as a critical element in their success or failure, but also as an element of competitive advantage rather than as a “negative cost”. Individual users suffer real economic and emotional damage as a result of poor NIS practices, and are critical elements in the epidemiology of Malware [malicious software] and extortion through Botnets [software robots - spam]*» (ENISA, 2008).

6. Perante este cenário, resta aos Estados apostarem seriamente numa Estratégia de Informação Nacional Segura estendendo-se, deste modo, ao ciberespaço que é, cada vez menos um *mundo virtual* para se tornar num *mundo real*.

7. Fundamentalmente, a projecção da imagem do Poder por parte dos actores em geral mas do actor Estado em particular, assume no momento presente uma relevância renovada. Na linha da análise *ostrogorskiana*, que seguimos ao longo deste artigo, as NTIC têm vindo a assumir, de modo crescente, um papel coadjuvante determinante na prossecução desse objectivo, e já não apenas através dos meios comunicacionais “tradicionalistas” mas, e sobretudo, dos “novos”. Daí a importância do acesso áquelas, ao seu controlo e, conseqüentemente, à sua segurança.

8. O ciberespaço é, cada vez mais, o palco e a arena preferencial onde a luta e a acção política têm lugar. Do Chefe de Estado e ou de Governo, aos deputados, passando pelos partidos políticos, a generalidade dos actores com expressão significativa no combate político – entendido na sua acepção mais ampla – não dispensa hoje uma página no facebook ou uma conta no twitter, de entre outras possibilidades.

9. A aposta numa estratégia de informação nacional segura – que passa, cada vez mais e na primeira linha pelo ciberespaço – é, simultaneamente, a aposta na segurança associada ao controlo da informação que constitui e alimenta a imagem que o Poder, ou seja, que quem manda (as *elites*) quer projectar para que os destinatários da mesma (as *massas*) a consumam e, deste modo, *construam* aquela que os primeiros consideram desejável porque mais favorável.

10. O controlo dos meios informacionais e comunicacionais constitui hoje um factor de poder inquestionável. Não terá sido, por isso, à toa, que autores como Almond e Powell (1966) designaram a comunicação política como a quarta função do Estado.

11. A opção pela análise *ostrogorskiana* a que recorremos merece destaque na medida em que, sendo originária de contributos do seu autor, Moisei Yakovlevich Ostrogorski (1854-1919) – que viveu e escreveu na transição do século XIX para o século XX – mantém a sua originalidade mas total pertinência e aplicabilidade à realidade sócio-política do nosso tempo, numa perspectiva multinível e multidimensão.

12. No que se refere aos meios de comunicação social e à informação, Ostrogorski já concluía naquela época que a missão das NTIC (sobretudo a imprensa) era informar as massas no sentido de assegurar a sua educação política. No entanto, da análise que desenvolveu às realidades inglesa e norte-americana para diagnosticar o funcionamento da Democracia em articulação com a organização dos partidos políticos ele concluiu que a realidade consistia em algo bem diferente: a imprensa era “controlada” por quem detinha e exercia o poder. Eram sobretudo as máquinas político-partidárias as únicas organizações dotadas de meios financeiros de partida capazes de garantir e sustentar o nível de investimento necessário à existência da imprensa. Deste modo, tornava-se muito fácil – e comum – transformá-las em meios de difusão de propaganda, ao invés de informação.

13. O financiamento dos meios de comunicação social à época (como de resto continua a verificar-se nos nossos dias), dependia sobretudo das receitas da publicidade. Assim, tal como no tempo presente, a linha editorial cumpria pressupostos políticos e económicos, mais do que informacionais/educacionais.

14. A imagem do Poder, ontem como hoje, dependia de uma bem *oleada* máquina comunicacional que, já na intersecção entre política e comunicação, permitia criar as condições necessárias à projecção desejável. O *tittytainment* a que Brzezinski se refere pouco difere do *pão e circo* dos romanos ou da *propaganda* dos tempos modernos. Cumpre o seu objectivo na perfeição: cria mentes crescentemente alienadas em espíritos anómicos de seres humanos tendencialmente passivos e acomodados para que a imagem do poder passe, com cada vez maior facilidade e enfrentando cada vez menos obstáculos.

15. O ciberespaço é, hoje, a grande *arma* do Poder dos que governam. Por isso a definição de Estratégias de Segurança da Informação a várias escalas é tão relevante. As resistências, naturalmente, verificam-se neste (novo) espaço – como nos tradicionais. Resta aguardar para ver quais os actores com maior capacidade de investimento e financiamento de actividades de Investigação e Desenvolvimento (I&D): estatais ou não-estatais; governamentais ou não-governamentais; legais ou ilegais; visíveis ou *invisíveis*; públicos ou privados...

16. É no ciberespaço e através dele que a ideologia sistémica do nosso tempo encontra o seu lugar genético mas, também, de propagação, de afirmação e de transformação. O *mainstream* governa efectivamente e exerce o poder através do ciberespaço, projecta e difunde por meio das NTIC a sua imagem que é, por sua vez e cada vez mais, “trabalhada” de modo a ser percebida como acção concreta e efectiva.

17. A globalização deixou de ser uma ideia, para se transformar numa doutrina até se materializar, efectivamente, numa ideologia: na acção política do tempo presente, caracterizadora central da Nova Ordem Global Contemporânea. Ela é a ideologia do *mainstream* e por isso tornou-se, ela própria, sistémica. Por isso, também, ela projecta já a imagem de um sistema cada vez mais e-global. Por isso, ela própria se posiciona já, de modo cada vez mais assertivo, como e-globalização – à medida que a Sociedade Internacional globalmente considerada se torna cada vez mais dependente da tecnologia e, em particular, de todas as acções que, nos seus *modus operandi* ou *vivendi* dependem ou interagem com os domínios do ciberespaço.

Referências

BALÃO, Sandra Maria Rodrigues (2001). *A Fórmula do Poder. Elite, Partidos, Democracia e Corrupção no pensamento de Moisei Ostrogorski*. Lisboa: ISCSP-UTL.

BALÃO, Sandra Maria Rodrigues (2006). “Comunicação, Secretismo e Terrorismo Global”. In: *Comunicação e Marketing Político. Contributos Pedagógicos*. Lisboa: ISCSP-UTL.

BALÃO, Sandra Maria Rodrigues (2008). *Globalização e Anti-Globalização no Mundo Contemporâneo. Uma Visão Analítica*. Lisboa, Maio [Tese de Doutoramento, ISCSP-UTL].

BALÃO, Sandra Maria Rodrigues (2008a). “Comunicação e Globalização: Portugal e o Mar na definição da Política Global”. In: *Comunicação e Marketing Político. Contributos Pedagógicos2*. Lisboa: ISCSP-UTL.

BALÃO, Sandra Maria Rodrigues (2010). “Geopolítica e Geostratégia do Ciberespaço”. *Revista Científica da Academia Militar*. AM, Amadora.

BALÃO, Sandra Maria Rodrigues (2011). *A Matriz do Poder. Uma Visão Analítica da Globalização e Anti-Globalização no Mundo Contemporâneo*, Lisboa.

BALÃO, Sandra Maria Rodrigues (2012). “NICT, ENISA, (Digital/e-) Democracy, (e-) Foreign Policy and (e-) [Economic] Diplomacy: a matter of State effective Power and Governance or just Principles? The Portuguese Case”. In: *53rd Annual Convention of the International Studies Association, ISA*, San Diego, CA, 01 – 04 April.

BALÃO, Sandra Maria Rodrigues (2014). “ENISA e a Estratégia Europeia de Cibersegurança: Fundamentos Supranacionais de uma Estratégia Nacional de (Ciber)Segurança de Informações”. In: LARA, António de Sousa (org.), *Crise, Estado e Segurança*. Lisboa: Edições MGI.

BALÃO, Sandra Maria Rodrigues (2014a). “As Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC), o Ciberespaço e a Imagem do Poder. Uma análise *ostrogorskiana* da Política Global Contemporânea”. *Revista Agenda Política*, UFSCar, São Carlos, Brasil.

BENTHAM, Jeremy (1791). *Panopticon or the Inspection House*.

BOBBIO, Norberto (1997). *O Futuro da Democracia. Uma defesa das regras do jogo*. 6^a Edição, São Paulo: Paz e Terra.

BRZEZINSKI, Zbigniew (1995). Internet: <http://www.worldforum.org/>. Acesso em: 2 de Janeiro 2009, 12H35.

CARDOSO, Pedro (2004). *As Informações em Portugal*. 1ª Edição, Lisboa: Gradiva – Instituto da Defesa Nacional.

CASTELLS, Manuel (2006). *A Sociedade em Rede. Do Conhecimento à Acção Política*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Coleção Debates Presidência da República.

Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions – “Europe’s Digital Competitiveness Report: main achievements of the i2010 strategy 2005-2009” {SEC(2009) 1060} {SEC(2009) 1103} [SEC(2009) 1104]//* COM/2009/0390 final */ , in <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:52009DC0390:EN:NOT>

“Convention on Cybercrime – European Council”, Budapest, 23.XI.2001; Internet: <http://conventions.coe.int/Treaty/EN/Treaties/Html/185.htm>.

“Creating a Single Competitive, Innovative and Borderless European Telecoms and Media Market for 500 Million Consumers. The achievements of Commission’s Information Society and Media Policies: 2004-2009”; internet: http://ec.europa.eu/information_society/eeurope/i2010/docs/info_sheets/bilan_2004-2009_infso_august_2009.pdf.

DEBORD, Guy (2004). *The Society of the Spectacle*. 8ª edição, New York: Zone Books.

DURKHEIM, Émile (1956). *Les Régres de la Méthode Sociologique*. 3ª Edição, Paris: Presses Universitaires de France.

EISAS (2010). “Work Programme – Build on Synergies: Achieve Impact”, 9 November. Disponível em: <http://www.enisa.europa.eu/>.

ENISA (2005). “Information Sharing is Protecting”. Disponível em: <http://www.enisa.europa.eu/>.

ENISA (2006). “Creating the Platform for an EU Culture of Network and Information Security”. Disponível em: <http://www.enisa.europa.eu/>.

ENISA (2007). “Guiding Europe Towards an Enhanced Level of Network and Information Security”. Disponível em: <http://www.enisa.europa.eu/>.

ENISA (2008). “Emergency Response to Security Breaches” Disponível em: <http://www.enisa.europa.eu/>.

ENISA (2008a). “Awareness Raising”. Disponível em: <http://www.enisa.europa.eu/>.

ENISA (2008b). “Protecting Europe’s Citizens Against Cyber Attacks”. Disponível em: <http://www.enisa.europa.eu/>.

ENISA (2008c). “Build On Synergies – Achieve Impact, Work Programme” Disponível em: <http://www.enisa.europa.eu/>.

ENISA (2010). “Work Programme – Build on Synergies: Achieve Impact”, 9 November, 2009. Disponível em: <http://www.enisa.europa.eu/>.

ENISA (2011). “Securing Europe’s Information Society, Work Programme”. Disponível em: <http://www.enisa.europa.eu/>. Acesso em: 10 Abril 2014; 08:10 pm.

ENISA (2012). “Improving Information Security Through Collaboration, Work Programme”. Disponível em: <http://www.enisa.europa.eu/>. Acesso em: 10 Abril 2014; 08:20 pm.

ENISA (2013). <http://www.enisa.europa.eu/publications/programmes-reports/work-programme-2013>. Acesso em: 10 Abril 2014; 9:00 pm.

ENISA (2014). <https://www.enisa.europa.eu/publications/programmes-reports/work-programme-2014>. Acesso em: 10 Abril 2014; 10:14.

EU COMMISSION (2013). “EU Cybersecurity Plan to Protect Open Internet and Online Freedom and Opportunity”, IP/13/94 07/02/2013. Disponível em: http://europa.eu/rapid/press-release_IP-13-94_en.htm. Acesso em: 11 de Abril de 2014; 21:03.

EU COMMISSION (2013). “Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council concerning measures to ensure a high common level of network and information security across the Union”, {SWD(2013) 31 final},{SWD(2013) 32 final}, Brussels, 7.2.2013, COM(2013) 48 final, 2013/0027 (COD). Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2013:0048:FIN:EN:PDF>. Acesso em 12 de Abril de 2014; 03:10.

FOUCAULT, M. (1975). *Surveiller et punir. Naissance de la prison*. Paris: Gallimard.

FOUCAULT, M. (2004). *Vigiar e Punir. Nascimento da Prisão*. 29ª Edição, Petrópolis: Editora Vozes.

GIDDENS, Anthony (1998). *Sociology*. 3ª Edição, Reimpressão, Polity Press, USA/UK

GOVERNO DE PORTUGAL, <http://www.pcm.gov.pt/pt/GC18/Pages/Inicio.aspx>.

IAEM (1993). *Elementos de Análise Geopolítica e Geoestratégica*, ME 71-00-08, Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

KUEHL, Dan (2009). *From Cyberspace to Cyberpower: Defining the Problem*, Information Resources Management College/National Defense University. Disponível em: www.carlisle.army.mil/DIME/documents/Cyber_Chapter_Kuehl_Final.doc.

LASSWELL, Harold (1984). *Política: Quem ganha o Quê, Quando, Como?*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

LE BON, Gustave (1947). *Psychologie des Foules*. Paris: Presses Universitaires de France, Bibliothèque de Philosophie Contemporaine.

LÉVY, Pierre (1998). *Cyberculture*, Rapport au Conseil de l'Europe dans le cadre du projet "Nouvelles Technologies: Coopération Culturelle et Communication", Editions du Conseil de l'Europe.

MARTIN, Hans—Peter *et al* (2000). *A Armadilha da Globalização*, 3ª Edição, Lisboa: Portuguesa, Terramar—Editores, Distribuidores e Livrários, Lda. [Edição Original: Rowohlt Verlag, Hamburgo, 1996. 1ª Edição Portuguesa: Terramar, Outubro, 1998].

MARTINS, José Carlos Lourenço *et al* (2009). "Subsídios para uma Eficaz Segurança da Informação nas Organizações". *Proelium – Revista da Academia Militar*, VI Série, n. 11, pp. 131-154.

MATTELART, Armand (1994). *Comunicação-Mundo*. Petrópolis: Editora Vozes.

MOREIRA, Adriano (1989). *Ciência Política*. 6ª Edição, Coimbra: Livraria Almedina.

NYE, Joseph S. & DONAHUE, John D. (orgs.) (2000). *Governance in a Globalizing World*. Brookings, USA.

OSTROGORSKI, Moisei Yakovlevich (1970). *Democracy and the Organization of Political Parties*. New York: Haskell-House Publishers, [1902].

PEARSALL, Judy & TRIMBLE, Bill (orgs.) (1996). *The Oxford English Reference Dictionary*, 2ª edição, Oxford-New York: Oxford University Press.

PINTO, Jaime Nogueira (2004). *Ideologia e Razão de Estado das Potências na formação da Ordem Internacional*. Lisboa, [Tese de Doutorado, ISCSP-UTL].

PNUD (2001). Relatório do Desenvolvimento Humano.

Regulation (EC) No 460/2004 of the European Parliament and of the Council of 10 March 2004 establishing the European Network and Information Security Agency, *Official Journal L 077*, 13/03/2004 P. 0001 – 0011. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32004R0460:EN:HTML>.

Report of the Secretary-General, "We the Peoples: The role of the UN in the 21st Century"- A/54/2000. Disponível em: <http://www.un.org/millennium/sg/report/summ.htm>.

Report of the Secretary-General, "Thematic Framework for the Millenium Summit of the Secretary-General"- A/53/948 and Add. 1. Disponível em: http://www.un.org/millennium/documents/a_53_948.htm.

SENNETT, R. (1980). *Authority*. New York: Vintage Books.

UNITED NATIONS MILLENIUM DECLARATION (2000). Resolution adopted by the General Assembly [without reference to a Main Committee (A/55/L.2)]. Disponível em: <http://www.un.org/millennium/>.